



COMMISSION FOR JUSTICE, PEACE AND INTEGRITY OF CREATION
USG/UISG SECRETARIAT

Via Aurelia 476,
CP 9099 Aurelio, 00165 Roma, Italy.
Tel/Fax: (39).06.6622929 (direct)
Tel: (39) 06.665231 (reception)
Email: jpicusguisg@lasalle.org
Web: www.jpicformation.wikispaces.com
Rome, September 2009

Desafios de Reconciliação para os Religiosos em África

Teresa Okure, SHCJ - Nigéria

O tema do próximo segundo Sínodo Africano, "A Igreja ao serviço da Reconciliação, Justiça e Paz: 'Vós sois o sal da terra, ... vós sois a luz do mundo' " (Mt 5, 13-14) é de especial interesse para os religiosos ou pessoas consagradas que são singularmente reconhecidas como "o coração da igreja". Nesta breve reflexão com especial referência ao contexto africano, identificamos o carácter chave da Reconciliação no tema do Sínodo e os desafios que este põe aos religiosos em África e mais além.

Primeiro os *Lineamenta Cap. 3, n.ºs 41-52*), depois, mais elaborado, o *Instrumentum Laboris* (daqui em diante *IL*; cap. 2, especialmente os n.ºs 48-54) do Sínodo definem claramente as diferentes dimensões de reconciliação dentro do contexto africano: sociopolítico (n.º 50), socioeconómico (n.º 51), sociocultural (n.º 52), e por fim, mas não menos importante, a reconciliação na Igreja (n.º 53). O *IL* sublinha o desafio "a descobrir modos e meios para reconstruir a comunhão, a unidade... voltar a ganhar coragem na missão profética da [Igreja]" fazer um compromisso "para a tarefa de formar líderes leigos que vivam comprometidos com a sua fé" e possam assumir uma responsabilidade pessoal para testemunhar a sua fé na prática, nas situações complexas do mundo de hoje. Enfatiza igualmente a necessidade de formar "sacerdotes, religiosas e religiosos que anseiem por ser sinais e testemunhas do reino". (n.º 54).

O *IL* mais adiante dirige-se aos religiosos, tendo em consideração três categorias: os institutos de vida consagrada, as sociedades de vida apostólica e as mulheres consagradas (n.ºs 113-114). Porquanto estas distinções possam ser canonicamente correctas, os povos africanos tendem a ver os religiosos, sobretudo as religiosas, como um único corpo. A palavra

"religioso" em si tem raízes em dois verbos latinos: *religare* (unir, juntar) e *re-eligere* (escolher, seleccionar de novo). De *religare* vem a palavra inglesa ligamento e de *re-eligere*, eleição. Ambos os verbos têm o sentido de unir a si próprio. Isto é especialmente verdade para *re-eligere*, já que escolha implica apropriar-se de si próprio. Estes significados de raiz das pessoas religiosas ou consagradas leva-nos a perguntar como é que nós, membros substanciais ou constitutivos da igreja, que estamos unidos a Cristo pelos conselhos evangélicos de castidade, pobreza e obediência, podemos melhor responder aos desafios listados no *IL*. Que outros desafios de reconciliação são peculiares para ou nos confrontam como religiosos na Igreja?

A Reconciliação e os religiosos (como vistos acima) são inseparáveis. Na perspectiva bíblica, reconciliação, como a passagem de pessoas, ou grupos, antes desligados, a uma relação forte de amizade e amor, é essencialmente trabalho de Deus. Só Deus reconcilia. Os seres humanos aceitam e vivem esta reconciliação na esperança, primeiro para eles próprios, depois uns para com os outros através das fronteiras e com a criação inteira (cf. Rom 8, 19-23). Os dois momentos chave da história bíblica encerram isto: a resposta de Deus ao pecado de Adão e Eva (Gn 3) e o mistério da encarnação. No primeiro, Deus promete pôr fim às separações (pessoal, social e cósmica) causadas pelo pecado "original". Na segunda, Deus cumpre esta promessa tornando-se pessoalmente um com a humanidade na união inseparável do Deus - Palavra que se faz carne, "igual a nós em tudo excepto no pecado". Este Deus que em Cristo reconciliou o mundo com a própria divindade confiou-nos a igreja, o ministério da reconciliação. /2Cor 5, 18-19). O *IL* (nºs 42-43) elabora a seguir as dimensões da escritura sobre a obra divina da reconciliação.

Um facto importante que emerge da visão da obra de Deus da Reconciliação através do mistério da encarnação, é que Deus foi pessoalmente envolvido nisto com grandes custos para a sua divindade. Tornando-se um connosco e não retendo as nossas faltas contra nós, mas antes tomando sobre si a dádiva do seu único e amado filho para salvar/reconciliar-nos com Deus (Jo 3, 16). Jesus, Palavra de Deus Incarnada, mediu este amor até à morte e ressurreição, tornando efectiva "a paz pelo seu corpo na cruz" (Col 1, 20). Assim, Deus tomou sobre si mesmo os detritos que resultaram da quebra das barreiras causadas pela nossa dureza de relacionamentos (em relação a nós próprios, aos outros e a criação; o pecado original), para restaurar a paz (a totalidade), e estabelecer a justiça entendida como verdade na relação. Um resultado concreto disto para um cristão é que todos nós "que fomos baptizados em Cristo tornámo-nos uma só pessoa com Cristo" (Gal 3, 28).

Uma questão abrangente é: "Como é que nós, religiosos, embaixadores de Cristo, participamos individualmente e como grupo particular da igreja nesta obra divina de reconciliação que Deus confia a nós e a toda a humanidade como uma graça, gratuitamente?"

O tema do Sínodo lembra-nos que somos uma "Igreja ao serviço da Reconciliação", como "luz do Mundo" e "sal da Terra". Estas imagens sublinham os aspectos permanentes do nosso chamamento a participar na obra divina da reconciliação. A luz nunca se torna noutra coisa além de luz. A escuridão é uma ausência de luz, mas a luz não é ausência de escuridão. A prova é que podemos acender um fósforo para dissipar a escuridão, mas nunca podemos transformar a escuridão em luz para a apagar (embora possamos diminuir a luz por meio de cortinas). O sal, também, permanece sempre sal; nada o pode adoçar. A Reconciliação vista nestes termos torna-se numa forma de vida. Como religiosos, temos por carácter, de ser pessoas que estão permanentemente "em serviço" da reconciliação; não como um autocarro parado na rua ou um contador parado com o sinal "fora de serviço". Sinais destes nunca devem ser aplicados aos seguidores de Cristo, sobretudo aos religiosos, que são o coração da igreja.

A nossa vida como religiosos é uma contínua ou permanente aceitação e mediação da obra divina de reconciliação nas nossas vidas pessoais, nas nossas comunidades/igreja e na criação até que nós, (todos os seres humanos) juntos possamos atingir a perfeição dada por Deus da nova humanidade em Cristo e até que Deus estabeleça os novos céus e a nova terra (Rev 21, 1) que é o objectivo último da obra de Deus de Reconciliação. A marcha em direcção a estes novos céus a nova terra é o contexto abrangente em que vivemos e realizamos o nosso trabalho de reconciliação na igreja. O nosso próprio carácter de religiosos chama-nos a estar com e no povo de Cristo comprometidos em unir e reclamar, reelegendo por outro lado o que devíamos ter rejeitado. Realizamos esta tarefa antes de mais aceitando pessoalmente estar reconciliadas com Deus, depois tornando-nos ministros de reconciliação de Deus na e com a igreja, possibilitando Deus de continuar a "chamar através de nós" outras pessoas que também elas estejam reconciliadas (2Cor 5, 20-21).

O Servo de Deus, João Paulo II, identificou a Igreja com três categorias: A Igreja Católica Romana (da qual ele era, então, a cabeça) A Igreja de Cristo (que abarca todos os Cristãos) e a Igreja de Deus cuja alcance é toda a criação. O *IL* também toca esta dimensão quando reconhece a necessidade de comprometer todos os povos, cristãos e não cristãos que vivem no

contexto sociopolítico e noutros contextos e desafios do continente e para além (ver nºs 8-13). Como então, trabalhamos concretamente nesta Igreja de Deus, ou como permitimos que Deus continue a chamar através de nós? Para resposta, olhamos em duas direcções: pessoal e social/comunitária/eclesial. Enquanto o foco é bi-dimensional, as questões postas a cada nível aplicam-se igualmente aos dois níveis.

1. Pessoal. Até que ponto estamos pessoalmente conscientes de que somos um povo privilegiado que Deus reconciliou graças à sua divindade com todos os outros seres humanos? E como recebedores do acto de reconciliação de Deus, a nossa principal missão é sermos ministros da reconciliação de Deus? Enquanto muitos fizeram sérios esforços para os desafios desta questão, infelizmente muitas vezes encontramos religiosos invejosos uns dos outros, competitivos, mesquinhos; gabando-se das suas raízes familiares e valendo-se disso nas e através das comunidades. O conselho evangélico de pobreza que convida os religiosos a acolher e a celebrar os outros como dons de Deus à comunidade, (qualquer que seja a raça, cor ou tribo) muitas vezes dá lugar a um estilo de vida de materialismo, egoísmo, à adoração da falsa trindade do "a mim, eu própria e eu". Assim, em vez de reconciliarmos o mundo com Deus num só, tornamo-nos absorvidos por e reconciliados com o mundo e o seu sistema de valores. Tornamo-nos em ministros de rejeição, divisão e discriminação na comunidade, na igreja e na sociedade (cf. *EIA* 49) em vez de reconciliação.

O desafio aqui é, para cada religioso, o de reexaminar os seus valores, as suas atitudes para com os irmãos religiosos e com o povo de Deus. Alegram-se com os talentos e dons dos outros e vêem-nos como bens para a construção do Corpo de Cristo ou com ameaças ao seu próprio ego e falso auto-valor? Isto aplica-se não só às pessoas individualmente mas também aos "superiores que podem lidar com rudeza ou mesmo despedir arbitrariamente membros que não gostam ou vêem como uma ameaça. Deus em Cristo teve de reconciliar o mundo com a sua própria divindade não contando com os pecados dos homens contra eles. Guardamos as ofensas dos outros, traindo assim a nossa própria aceitação da reconciliação de Deus e o nosso ser confiado ao ministério da reconciliação de Deus? Somos vingativos e reivindicativos de outros que nos ofenderam? Ou amamos, perdoamos como Deus ama, perdoa e nos reconcilia com a sua divindade? O voto de castidade receberá um significado muito mais rico e mais desafiador se for explicado como um aspecto essencial do chamamento ao amor como Deus ama (1 Cor 13), mais do que negativamente, como uma renúncia ao casamento e ao amor que daí decorre.

2. Social/Comunitária/Eclesial. Ministros e ministérios têm infra-estruturas para a sua efectiva actuação. Que infra-estruturas têm os religiosos ao dispor para poderem tornar-se ministros efectivos de reconciliação ao nível comunitário e eclesial? Quantas vezes nós, como comunidade, falamos deste ministério de reconciliação ou avaliamos a medida com que informa todos os outros nossos ministérios ou apostolados? Para tornar efectiva a divina obra de reconciliação, Deus transpôs barreiras, não só entre o Criador e a criatura, o divino e o humano, mas Deus, o sem pecado, tornou-se pecado em Cristo para que em Cristo "nos tornássemos nele justiça de Deus." Que fronteiras atravessámos, precisamos de atravessar nas nossas comunidades (as nossas comunidades religiosas e as comunidades onde trabalhamos na igreja e como igreja) para que o ministério de reconciliação de Deus que nos foi confiado como embaixadores de Deus possa ser mais efectivo?

Ao reflectir sobre esta questão, é bom ser concreto, pensar, por exemplo, como nos relacionamos com os membros das nossas comunidades que não são da mesma raça, nação ou etnia ou grupo de interesse como nós próprias. Em algumas comunidades as estruturas operacionais são de tal forma que em vez de efectivar a reconciliação, sendo uma comunidade de discipulado de iguais em Cristo, erguemos autênticas barreiras baseadas, não só na raça e tribo mas também em categorias tais como, as noviças, as professoras dos primeiros votos, as professoras de votos perpétuos, as jubiladas, as ex-madres gerais, as de famílias ricas e as de famílias pobres, as que têm um curso e as que não têm, e por aí adiante. Em alguns casos, os superiores têm um estilo de vida diferente; têm um menu diferente dos outros membros da comunidade. A iniciativa das irmãs jovens é muitas vezes esmagada sob a capa de estarem a forçar o voto de obediência, contrário ao entendimento renovado do voto. Por vezes, pessoas com poder nas congregações subornam os membros com toda a espécie de promessas, incluindo a possibilidade de avançarem nos estudos se forem eleitas. Estas e outras práticas semelhantes geram religiosos serviçais que agem não por convicção pessoal e por compromisso com Cristo mas para agradar, obter favores do superior. Quando assim procedemos, que espécie de luz somos para o mundo, que sal para uma terra que necessita de ser temperada com a capacidade de construir os valores do reino de Deus, pelos quais Cristo morreu a fim de os estabelecer e que são doces, libertadores, transformadores e fortificadores? Podemos dizer que estas medidas contribuem para a obra de reconciliação de Deus em Cristo a quem nós servimos como embaixadores?

Como já foi dito, acredita-se que os religiosos são "o coração da igreja". Mas na prática, a experiência de muitos religiosos. O *IL* (nº 20, sob o título "Tarefas a fazer") toca neste desafio, mas sem o desenvolver. Esta ténue afirmação como é um melhoramento à posição do Primeiro Sínodo que nos *Lineamenta* apenas refere que as mulheres são marginalizadas, embora os *EIA* (ns. 82, 121) incitem a igreja no continente a lutar contra "os costumes e práticas que privam as mulheres dos seus direitos e do respeito que lhes é devido.". Este Segundo Sínodo e os próprios religiosos necessitam de enfrentar este assunto face à verdade cristológica e à seriedade que ele merece. A marginalização dos religiosos e das mulheres em geral, ou dando-lhes apenas conhecimento aqui a ali, é simplesmente um pecado, uma prática que é contrária ao desígnio de Deus, se a nossa igualdade e unicidade em Cristo, através do Baptismo é alguma coisa a ter em conta. A prática distorce a imagem de Deus na mulher, afasta a mulher do seu direito baptismal e do novo estado em Cristo ("se alguém está em Cristo, é uma nova criação"; 2Cor 5, 17) e empobrece grandemente não só a mulher, mas toda a comunidade eclesial e humana, depreciando, matando e suprimindo os talentos da mulher dados por Deus.

Aqui também, a liderança da igreja precisa de ensinar pelo exemplo. Se os religiosos são de verdade "o coração da igreja", a igreja arrisca a sua própria vida desalojando-os do seu devido lugar. O Ano Sacerdotal (19 de Junho, 2009 - 19 de Junho, 2010) devia ser um tempo auspicioso para os padres e seminaristas repensarem e reclamarem a sua própria imagem de serem configurados em Cristo que veio, não para dominar, mas para servir mesmo na morte e na ressurreição. Onde isto não aconteceu ainda, as Conferências Episcopais podem implementar seriamente a recomendação do Primeiro Sínodo de criar uma comissão de mulheres para, criticamente, estudar a forma de integrar as mulheres na missão da igreja.

Ao nível inter-congregacional, as comunidades religiosas precisam de aprender a colaborar (mais do que competir), em determinadas áreas tais como, promoção vocacional, formação, incluindo a dos padres, seminaristas e leigos que sabem muito pouco sobre a vida religiosa. Podem trabalhar juntos pela reconciliação de famílias destroçadas, como em determinados lugares fazem com o tráfico de mulheres. Podem realizar acções colaborativas para formar os seus membros na preocupação pela paz e integridade da criação. Os religiosos em África podiam também aproveitar este tempo de Sínodo para rever a questão do Fórum Africano dos Religiosos que foi iniciado há alguns anos atrás em Cotonou, Benin, mas que até à data muito pouco ou nenhum impacto teve (assumindo que o Fórum ainda não morreu).

O *IL* visiona o processo sinodal como uma dinâmica contínua (nº 14). O que é que os religiosos, como um corpo na igreja, podem, substancial e concretamente oferecer ao sínodo e além disso dar impacto ao ministério da reconciliação da igreja, que lhe foi confiado por Deus? Poderá o Sínodo, pelo seu lado, ver os religiosos concretamente como membros integrantes? Se os religiosos em África forem capazes de aprender a levantar a sua voz como um só no corpo de Cristo, terão um impacto muito maior na missão reconciliadora da igreja a todos os níveis, pelo seu testemunho unido.

Paulo, o Apóstolo dos Gentios, cujo ano especial acabámos de celebrar (29 de Junho de 2008 a 29 de Junho de 2009) é um extraordinário exemplo do que implica tornar-se um ministro da reconciliação. Ele fê-lo tanto pelo seu estilo de vida como pela pregação, pela sua reinterpretação da religião recebida, enraizada numa eleição teológica exclusiva de a todos abraçar, e na sua luta incansável pela inclusão dos gentios. Atravessou fronteiras raciais e de género, praticamente aceitando os gentios como irmãos e irmãs e fazendo amizade com eles, desafiando mesmo Pedro a não interferir na verdade do Evangelho (cf, Gal 2, 11-14). Chamou mulheres para colaboradoras e teve uma especial ligação ministerial com elas, sobretudo na igreja de Filipos onde os líderes eram, em grande parte, mulheres. (Fil 4, 2-3) A sua própria vida serviu de testemunho à sua pregação de que quando alguém está em Cristo é uma nova criação (2Cor 5, 17). E porque todos são uma só pessoa em Cristo, toda a discriminação baseada na raça, sexo e classe são eliminadas (Gal 3, 25.28).

Os religiosos e toda a igreja precisam de reclamar a sua herança Paulina que Deus nos deu fazendo dele o nosso apóstolo. A obra de reconciliação de Deus, cujo ministério é confiado à igreja e do qual os religiosos são parte numa forma especial dentro da igreja, é homens e mulheres cheios de vida como pessoas reconciliadas com Deus, umas com as outras e com a criação inteira. É, na verdade, um chamamento nobre e um privilégio singular estar envolvido num tal ministério como forma de vida.